

2016

# POLÍTICA

Caderno 2

## TEMAS DA ATUALIDADE Formação Geral

Material didático elaborado para discussão dos temas transversais.

Eu valorizo  
o meu curso.

# ENADE

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

### O que são os direitos humanos?

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem esses direitos, sem discriminação.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre a barbárie da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas:

“Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ( ...) a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações...”

Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

1

### Contexto e definição dos direitos humanos

Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Estão expressos em tratados, no direito internacional consuetudinário, conjuntos de princípios e outras modalidades do Direito. A legislação de direitos humanos obriga os Estados a agir de uma determinada maneira e proíbe os Estados de se envolverem em atividades específicas. No entanto, a legislação não estabelece os direitos humanos. Os

direitos humanos são direitos inerentes a cada pessoa simplesmente por ela ser um humano.

Tratados e outras modalidades do Direito costumam servir para proteger formalmente os direitos de indivíduos ou grupos contra ações ou abandono dos governos, que interferem no desfrute de seus direitos humanos.

Algumas das características mais importantes dos direitos humanos são:

- Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;
- Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;
- Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;
- Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros;
- Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

## **Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas**

Versão Simplificada dos 30 Artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem foi criado especialmente para os jovens.

1. **Todos Nascemos Livres e Iguais.** Nascemos todos livres. Todos temos os nossos pensamentos e ideias. Deveríamos ser todos tratados da mesma maneira.
2. **Não Discrimine.** Estes direitos são de todos, independentemente das nossas diferenças.
3. **O Direito à Vida.** Todos temos o direito à vida, e a viver em liberdade e segurança.
4. **Nenhuma Escravatura.** Ninguém tem o direito de nos escravizar. Não podemos fazer de ninguém nosso escravo.
5. **Nenhuma Tortura.** Ninguém tem o direito de nos magoar ou de nos torturar.
6. **Você Tem Direitos Onde Quer que Vá.** Eu sou uma pessoa igual a si!
7. **Somos Todos Iguais Perante a Lei.** A lei é igual para todos. Deve tratar-nos com justiça.
8. **Os Direitos Humanos são Protegidos por Lei.** Todos podemos pedir ajuda da lei quando formos tratados com injustiça.
9. **Nenhuma Detenção Injusta.** Ninguém tem o direito de nos prender sem uma razão válida, de nos manter lá, ou de nos mandar embora do nosso país.
10. **O Direito a Julgamento.** Se formos julgados, o julgamento deve ser público. A pessoa que nos julga não deve ser influenciada por outras pessoas.
11. **Estamos Sempre Inocentes até Prova em Contrário.** Ninguém deveria ser acusado por fazer algo até que esteja provado. Quando as pessoas dizem que fizemos uma coisa errada temos o direito de provar que não é verdade.
12. **O Direito à Privacidade.** Ninguém deveria tentar ferir o nosso bom nome. Ninguém tem o direito de entrar na nossa casa, abrir as nossas cartas ou incomodar-nos ou à nossa família sem uma boa razão.
13. **Liberdade para Locomover.** Todos temos o direito de ir aonde quisermos dentro do nosso próprio país e de viajar para onde quisermos.
14. **O Direito de Procurar um Lugar Seguro para Viver.** Se tivermos medo de ser maltratados no nosso país, temos o direito de fugir para outro país para estarmos seguros.

15. **Direito a uma Nacionalidade.** Todos temos o direito de pertencer a um país.
16. **Casamento e Família.** Todos os adultos têm o direito a casar e a terem uma família se quiserem. Os homens e as mulheres têm os mesmos direitos quando estão casados ou separados.
17. **O Direito às Suas Próprias Coisas.** Todos temos o direito a termos as nossas próprias coisas ou de partilhá-las. Ninguém nos deveria tirar as nossas coisas sem uma boa razão.
18. **Liberdade de Pensamento.** Todos temos o direito de acreditar naquilo que queremos, a ter uma religião ou a mudar de religião se quisermos.
19. **Liberdade de Expressão.** Todos temos o direito de decidir por nós mesmos, de pensarmos o que quisermos, de dizer o que pensamos, e de partilhar as nossas ideias com outras pessoas.
20. **O Direito de se Reunir Publicamente.** Todos temos o direito de nos reunir com os nossos amigos e trabalhar em conjunto em paz para defender os nossos direitos. Ninguém nos pode forçar a juntarmo-nos a um grupo se não o quisermos fazer.
21. **O Direito à Democracia.** Todos temos o direito de participar do governo do nosso país. Todos os adultos devem ter o direito de escolher os seus próprios líderes.
22. **Segurança Social.** Todos temos o direito a uma casa, medicamentos, educação, a dinheiro suficiente para viver e à assistência médica se estivermos velhos ou doentes.
23. **Direitos do Trabalhador.** Todos os adultos têm o direito a um emprego, a um salário justo pelo seu trabalho e a inscrever-se num sindicato.
24. **O Direito à Diversão.** Todos temos o direito a descansar do trabalho e a relaxar.
25. **Comida e Abrigo para Todos.** Todos temos o direito a ter uma boa vida. As mães, as crianças, os idosos, os desempregados ou os deficientes e todas as pessoas têm o direito a receber cuidados.
26. **O Direito à Educação.** A educação é um direito. A escola primária deveria ser gratuita. Devemos aprender coisas sobre as Nações Unidas e a conviver com os outros. Os nossos pais podem escolher o que devemos aprender.
27. **Direitos de Autor.** Os direitos de autor é uma lei especial que protege as criações artísticas e a escrita; os outros não podem fazer cópias sem autorização. Todos temos o direito à nossa forma de vida e a gozar as coisas boas que a arte, a ciência e o conhecimento trazem.
28. **Um Mundo Justo e Livre.** Deve existir ordem para que todos possamos gozar os direitos e as liberdades no nosso país e em todo o mundo.

29. **Responsabilidade.** Temos o dever para com as outras pessoas e devemos proteger os seus direitos e liberdades.

30. **Ninguém Pode Tirar-lhe os seus Direitos Humanos.**

## **Mulheres & sistema prisional: o sentido do trabalho para quem viveu e vive sob a égide do cárcere**

CONCLUSÃO da Dissertação de Mestrado de Álvaro Hummes Bitencourt sob orientação de Fernanda Bittencourt Ribeiro

Ao final da presente pesquisa, podemos problematizar alguns destacados elementos relacionados as trajetórias e perspectivas futuras das entrevistadas que deveriam “saltar aos olhos” da sociedade, do poder público e dos demais pesquisadores científicos da área. Como fora citado na introdução, o índice de encarceramento feminino cresce de maneira desmedida, veloz e parece normatizar uma nova lógica conjuntural no país que, apesar de parecer se edificar de maneira aparentemente silenciosa, surda é motivo para a criação de um preocupante conjunto de problemas sociais e do acirramento da violência nas suas diversas expressões.

De acordo com os dados divulgados no primeiro capítulo, é preciso perceber que com a edificação dos princípios da sociedade contemporânea, os papéis sociais das mulheres foram modificados e como consequência houve um notável crescimento de responsabilidades, onde as mulheres executam atividades antes exercidas somente por homens. Além disso, muitas vezes terminam tendo que atuar como “chefe de família”, tendo em vista que 57% dos lares das famílias das presas eram assumidos financeiramente por elas antes do cárcere. Como destacou Nedel, Paz e Chies (2007), também há um desenvolvimento nos índices de mulheres que são mães solteiras – fato que responsabiliza integralmente essa mãe, desde a concepção, até o processo de educação dos filhos.

Entretanto, é preciso ressaltar que também se um maior envolvimento do sexo feminino com o crime, as drogas e o cárcere. Dessa maneira, a escassez de atualização, reflexão e problematização sobre a realidade da vida de mulheres no sistema prisional do país - seja antes, durante ou depois do cárcere, revela um total descaso e desrespeito aos direitos humanos e aos avanços conquistados pela mulher nas últimas décadas. A obscuridade e o afastamento com que o tema é apresentado pela mídia e pelas entidades públicas, responsáveis por equacionar tais adversidades, elucida uma miopia social generalizada no país. Sendo assim, caracteriza-se como um tema praticamente invisível dentro da agenda pública. As mulheres que receberam voz nessa pesquisa são invisíveis para a maioria da sociedade brasileira.

Como está presente nos capítulos três e quatro, é possível perceber que as trajetórias de vida de presas e egressas do sistema prisional se confundem com histórias de violência e com o complexo mundo do crime e das drogas. Sendo assim, de acordo com o que fora pesquisado e experienciado, as relações entre a vitimização, suas posteriores ações delituosas e suas consequentes participações no sistema prisional parecem ser essencialmente fortes entre as mulheres.

De acordo com seus relatos, suas trajetórias incluem abuso sexual, relações muito conturbadas com os familiares diretos, pais alcoólatras, maridos violentos e agressores, além de terem experienciado o assassinato, muitas vezes precoce, de pais, irmãos e maridos – todos, na maioria dos casos, também envolvidos com crimes e ilegalidades.

Em nível nacional, no âmbito conjuntural, relacionado à estrutura oferecida as mulheres presas, é preciso também uma maior atenção e análise. Apesar do Rio Grande do Sul ter dado os primeiros passos para desafogar o processo de superlotação dos presídios femininos, com a inauguração recente de duas novas casas, exclusivamente, para mulheres, essa realidade não é a mesma no restante do país, como ficou evidenciado nos dados do primeiro capítulo.

Alguns estados como Santa Catarina, por exemplo, ainda não possuem nenhum estabelecimento específico para mulheres. No Norte e Nordeste do país a situação é semelhante, onde são registrados, em muitos estados dessas regiões, apenas uma instituição construída só para as mulheres cumprirem suas penas, de maneira digna.

Portanto, as mulheres são obrigadas a se submeterem ao regime de reclusão em lugares construídos para o sexo masculino, mas que muitas vezes, desativados, são transformados e, assim, oferecidos as mulheres. A precariedade desses estabelecimentos “adaptados” torna-se visível e coloca em risco a saúde da mulher-mãe presa, por exemplo, que não possui locais destinados a recém-nascidos, além da ausência de padronizações sobre horários e inexistência de creches que normatizem a integração da mãe com a criança – que, em última análise, fica encarcerada, ainda que indiretamente.

Outra consequência vivenciada pelo sexo feminino está na falta de atenção médica, acesso a práticas de prevenção, tratamento e devido acompanhamento médico. Em muitas unidades prisionais no país o controle de doenças tornam-se inexistentes.

Portanto, tal quadro citado evidencia ausência de políticas públicas penitenciárias que assistam as mulheres reclusas e, posteriormente, após o cárcere, auxiliem no processo de ressocialização e retomada do trabalho. Tal reflexão pretende aqui elucidar a omissão que pune grupos sociais mais vulneráveis – como é o caso da mulher.

Vimos que no cruzamento das trajetórias de vida, do grupo de mulheres entrevistadas, o contexto das drogas, seja para o consumo próprio ou para o tráfico, está sempre presente. Aliás, a falta de políticas públicas relacionadas ao processo de reinserção social faz com que o tráfico de drogas atue na vida dessas mulheres de modo similar ao mercado de trabalho convencional. Portanto, há uma nítida possibilidade de problematizarmos o conceito de trabalho versus o tráfico.

Como observamos ao longo das narrativas de presas e egressas, a prática criminosa é, muitas vezes, a única fonte de sustento, a única possibilidade de obtenção de uma vida digna, antes do cárcere e, após ele, recorrentemente, serve como alavanca para retomada de condições básicas de subsistência. Entretanto, esse é um processo normatizado dentro de um “circulo vicioso”, que começa na ilegalidade, pois as oportunidades legais regimentadas não são suficientes, e termina com o cárcere. Após o cumprimento da pena, o mesmo processo torna a acontecer, sem intervenção pública ostensiva para edificar novas lógicas estruturantes.

Infelizmente, é preciso deixar claro que são necessárias políticas públicas que consigam concorrer com os possíveis “benefícios” que o tráfico traz. Atualmente, em níveis gerais, isso não acontece no Brasil. A ocorrência das ofertas de trabalho legais disponíveis são escassas, desestruturadas e feitas por entidades como a FAESP, instituição sem fins lucrativos, mantida com solidariedade de alguns poucos, mas que é muito precária e que agoniza sem a participação e apoio do poder público.

Neste sentido, de acordo com o conceito de trabalho de Carmo (2005), citado na introdução da pesquisa, ao realizar essa atividade os seres humanos se transformam, se autoproduzem e extraem dela sua subsistência. Entretanto, segundo os conceitos de Lemgruber (1999), Hassen (1999) e dos relatos das entrevistadas observamos que há até uma contradição no conceito original da categoria trabalho com a prática realizada dentro dos presídios.

Atualmente, nas atividades de trabalho ofertadas dentro dos presídios brasileiros, as mulheres não se transformam, autoproduzem ou se sustentam com o que recebem. Aliás, como destaca Lemgruber, dentro dos muros da prisão, o encarcerado não consegue alterar sua condição, por meio do trabalho prisional:

O preso vai perdendo a noção do relacionamento dele com seu sustento. Isso é fácil de explicar: aqui fora, se você ganha mais ou menos, você vive melhor ou pior. Para o preso, se sua situação melhora ou piora, isto na verdade nada tem a ver com ele. Se é uma administração melhor, ele come melhor, dorme melhor. Se vem uma administração que rouba os gêneros alimentícios, a comida dele piora. Não tem nada a ver com o que ele faz ou deixa de fazer. Isso cria uma série de fatores de prisionização graves, porque modifica radicalmente a postura do sujeito perante a vida e tende a criar no preso uma imagem mágica do mundo – tudo que acontece, acontece simplesmente. (LEMGRUBER, 1999, p.138).

Portanto, essa incongruência entre a categoria trabalho com a prática, realizada nos presídios e designada como “trabalho prisional” ilustra na realidade um processo de sucessivas tentativas de disciplinarização e higienização, onde as relações de opressão e exploração seguem acontecendo, somados aos processos de violação dos direitos das mulheres em situação de encarceramento.

Dentro desta análise, então, da maneira como está estabelecido, o “trabalho prisional” deveria ser nomeado como mais uma atividade prisional, assim como as demais realizadas internamente, mas, conceitualmente, não poderia ser categorizado como trabalho, por não preencher os seus requisitos básicos, aportados por Carmo (2005).

Outro aspecto, que deve ser aqui rememorado, é com relação as características das atividades laborativas oferecidas internamente as mulheres. A conjuntura do trabalho prisional esta baseada em baixa remuneração, jornadas de trabalho inadequadas, além de serem burocráticos, repetitivos, manuais e que não demandam conhecimento técnico ou intelectual.

Além disso, no sistema prisional feminino, são oferecidos trabalhos altamente estereotipados, que seriam “vocacionados” socialmente para o sexo feminino. Dessa forma, a mulher na prisão pratica atividades como o corte, a costura, o artesanato, a faxina e a cozinha.

Não há qualquer respeito as características e aptidões das detentas quanto as ofertas de trabalho. As presas, por exemplo, que não gostam de artesanato, cozinha ou costura ficam a margem e sem opções de atividades para exercer. Neste sentido, reforça-se o que Antunes (1999) destaca quanto as transversalidades históricas entre as dimensões de classe e gênero na divisão sexual do trabalho.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo são destinadas as mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores / as imigrantes e negros /as). (ANTUNES, 1999, p.105,106)

9

Segundo o autor, outro elemento a ser citado está relacionado ao aumento inegável da participação feminina na força de trabalho, mas que ainda existiriam notáveis desigualdades de funções, responsabilidades e salários.

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo de trabalho part time, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, o contingente feminino superou recentemente o masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente

ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.  
(ANTUNES, 1999, p.105)

Ao final da pesquisa, outro elemento analítico que também é preciso ser enfatizado diz respeito a forte oposição dos discursos sobre a importância do trabalho e a representação dele no futuro - evidenciados entre quem está dentro dos muros da prisão e de quem lá esteve, mas que, por sua vez, tenta, com os dissabores da prática, retomar a vida. Em níveis gerais, na composição do primeiro grupo de entrevistadas, as presas, nota-se que o trabalho, junto com o estudo, possui um sentido nitidamente voltado para a retomada social, ele simboliza a esperança.

Muitas acreditam que, por meio da obtenção e efetivação do trabalho, conseguirão desvincularem-se do crime. Entretanto, no segundo grupo, nota-se um discurso oposto que representaria a realidade - tal como fora visto no depoimento de uma egressa, que destaca que com a baixa capacitação profissional oferecida nos presídios, aliada ao forte estigma social de ter sido uma detenta, as chances de uma egressa conseguir um trabalho regular seriam mínimas.

Mesmo com a ausência de oportunidades para construir uma vida digna, fora dos muros prisionais, elas acreditam que a instituição poderia servir como uma das únicas fontes aproveitáveis de, ao menos, completarem os estudos básicos, haja vista que muitas não conseguiram frequentar a escola. A falta de políticas públicas penitenciárias faz com que, tanto presas como egressas, se autculpabilizem por suas condições e sintam-se ameaçadas, tenham medo, receio das reações da sociedade com elas, de forma que o desejo de muitas é mudar de bairro, emprego e endereço – ao passo que esse processo de autculpabilização deveria ser observado e assumido pelos poderes públicos.

Além de políticas públicas penitenciárias específicas para mulheres, é preciso que elas deixem a situação de invisibilidade social, condição em que estão imersas há algumas décadas. Para tanto, como já fora citado algumas vezes, é urgente que os operadores sociais, a mídia, o poder público adotem uma nova postura, ao problematizar o tema de maneira adequada, sem sensacionalismos, exposições desnecessárias e explorações da miséria humana. O foco deve ser as causas e consequências desse mundo obscuro, que cresce a passos largos, mas que, infelizmente, permanece esquecido, afastado da agenda pública brasileira.

10

Adaptado de: <http://hdl.handle.net/10923/1953>. Acesso em 26.07.16.

### **Adolescente e ato infracional: aspectos jurídicos**

Publicado em outubro 10, 2015

#### **1. ADOLESCÊNCIA**

O conceito de adolescência pode abranger aspectos antropológicos, sociológicos, jurídicos, psicológicos e muitos outros.

Do ponto de vista jurídico, muito mais do que as próprias garantias constitucionais que abrangem as crianças e adolescente do nosso país, há uma proteção internacional sobre os mesmos, inclusive com a ratificação, pelo Brasil, com o Decreto 99.710/1990, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Organização das Nações Unidas de 1989.

Referida Convenção sobre os Direitos da Criança, composta por 54 artigos, divididos em três partes e precedida de um preâmbulo, define o conceito de criança, considerando-a como a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade e estabelece paradigmas de orientação e atuação política de seus Estados-partes, para o alcance do desiderato dos princípios que são estabelecidos nela, objetivando ainda, o desenvolvimento individual e social benéfico da infância.

11

Mister, ainda, ressaltar que os adolescentes, assim como as crianças, não são objetos passivos, mas sujeitos de direitos, e titulares, sem sombra de dúvidas, de direitos fundamentais elencados no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Além dos direitos apontados no artigo 227 da Constituição Federal, considerados por Sarlet como “Declaração de Direitos Fundamentais da população infanto-juvenil”[1], existem outros direitos igualmente fundamentais como a proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998; a equiparação de filhos e a vedação de designações discriminatórias relativas à filiação, consoante o artigo 226, § 6º da Constituição Federal etc.

A definição de Pessoa é dada pela Lei[2], e encontramos no Código Civil, que toda a pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil e que a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida; sendo colocado a salvo pela lei, desde a concepção: os direitos do nascituro.

Convém ressaltar que quando o Código Civil enuncia, no seu artigo 1º, a capacidade da pessoa, isso não dá a entender que possua concomitantemente o gozo e o exercício desses direitos, pois as disposições subseqüentes fazem referência àqueles que tendo

o gozo dos direitos civis não podem exercê-los, por si, ante a razão de menoridade ou de insuficiência somática, não terem capacidade de fato ou exercício, isto é, de exercerem os atos da vida civil por si mesmos, dependendo de assistentes (nos casos de maiores de 16 e menores de 18 anos) ou representantes (nos casos de menores de 16 anos) para tanto.

Desta forma, há responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, sobre o sujeito criança e adolescente, colocando-os a salvo de todo o mal que possam sofrer.

Existe também, no direito brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que possui um conceito, um conjunto de regras e mecanismos, mas que não bastam para garantir que os direitos das crianças e dos adolescentes estejam assegurados, pois dos sujeitos que têm obrigações apontadas no “caput” do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente[3], somente a família tem efetivamente participado.

Dessa maneira, como bem afirma a advogada Marília Campos Oliveira Telles e o desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro:

[...] enquanto as medidas socioeducativas forem observadas como mera ficção legal e não houver atendimento médico e psicológico a adolescentes tão precocemente comprometidos com a crueldade e a indiferença ao próximo, dentre outras circunstâncias, o Estatuto não terá atingido sua eficácia plena. (REVISTA DO ADVOGADO, Ano XXVIII, nº 101, dezembro de 2008, p. 72.)

12

O Estatuto da Criança e do Adolescente adota a Doutrina da Proteção Integral, portanto, o diploma legal consolida e reconhece a existência de um novo sujeito político e social.

Herculano R. Campos e Carmem P. Cavalcante afirmam no capítulo intitulado “O adolescente e o estatuto jurídico: transgressão e lei no Brasil”, publicado no livro Justiça Juvenil, citando Adorno, 1993 e Volpi, 2001, que:

[...] como portador de direitos e garantias, não pode mais ser tratado por programas isolados e políticas assistencialistas, mas deve ter para si a atenção prioritária de todos, constituindo-se num cidadão, independentemente de sua raça, situação social ou econômica, religião ou qualquer diferença cultural.[4]

Neste sentido, preocupante é o que se vê em revistas, especialmente na Carta Capital[5], sobre a discussão da redução da maioridade penal, tema que não interessa discutir neste texto, a não ser sobre os argumentos utilizados para sustentar os antagônicos posicionamentos, sendo um deles o apontamento sobre a ausência de políticas do Estado ou de políticas públicas sérias, o que denota o total abandono do Estado acerca da questão.

Por outro lado, quando há algum movimento do Estado ao encontro dos jovens, parece ser inócuo, pois são realizadas políticas públicas viciadas num preconceito de que todo o adolescente está numa fase de ameaça integral, seja no crime, na prostituição, nas drogas etc. Neste sentido, José Lyra e outros estudiosos da UFPE afirmam que:

Grande parte das políticas públicas direcionadas aos jovens parece estar apoiada nessa retórica que ressalta a ameaça representada pela juventude, com constante reforçamento da ideia do jovem exposto a uma série de riscos próprios a sua fase, os quais podem ser internos (crise identitária) ou externos (violência) (Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 11. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>)

Aliás, nem tudo que se pretende do Estado é exatamente positivo e de representação cristalina, muitas vezes se rotula determinado comportamento ou condição de maneira a limitar o próprio desenvolvimento do ser humano e, muito mais fácil se fazer isso, quando se trata da complexa figura do adolescente.

E a adolescência, do ponto de vista da psicologia, considerando Erikson (1976), se apresenta como “um período de passagem entre a infância e a idade adulta, período marcado por instabilidade, crise e turbulência.” Desta maneira, ele mesmo trabalhará as questões biológicas e sociais que não se confundem com a puberdade.

Não é diferente a compreensão descrita na enciclopédia Barsa (1993), que define a adolescência como a “expressão de um período de desequilíbrio e, via de regra, de conflitos de toda espécie, sobretudo afetivo-emocionais.”

13

Nesse interregno é possível afirmar, considerando Pedro Miguel Lopes de Sousa (2006), enfermeiro e mestrando em Psicologia Pedagógica, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em seu artigo intitulado “Desenvolvimento Moral na Adolescência”, que a adolescência caracteriza-se por ser um período de construção de valores sociais e de interesse por problemas éticos e ideológicos, já que aspira à perfeição moral e expressa um grande altruísmo o que frequentemente originam revoltas por descobrir que a sociedade não se coaduna com os valores que defende.

Adaptado de: <http://professorrenatodellova.com.br/adolescente-e-ato-infracional-aspectos-juridicos/>. Acesso em 03.08.16.

## REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

### **A maioria penal nos 9 países mais seguros do mundo**

Saiba como funciona a maioria penal nos países que são considerados os menos violentos do mundo

07/JUL/2015

Antes de observar como funciona a maioria penal nos países considerados menos violentos do mundo, é importante saber diferenciar Responsabilidade Penal Juvenil e Maioridade Penal. Segue, abaixo, uma explicação didática.

Responsabilidade Penal Juvenil – “é o dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável”. Ao cometer um delito, um indivíduo considerado responsável será submetido a uma pena. Ou seja, no Brasil, a responsabilidade penal é de 12 anos. O que isso significa? Significa que: caso um jovem que tenha acima dos 12 anos cometa um crime, quem será responsabilizado será ele mesmo, caso considerado culpado. Abaixo dos 12 anos os responsabilizados são os pais ou quem tiver a guarda legal do mesmo. Nesses casos, os jovens entre 12 e 18 anos cumprem pena educativa.

Maioridade Penal ou maioria criminal – define a idade a partir da qual o indivíduo responde pela violação da lei penal na condição de adulto, sem qualquer garantia diferenciada reservada para indivíduos jovens. O indivíduo é, pois, reconhecido como adulto consciente das consequências individuais e coletivas dos seus atos e da responsabilidade legal embutidas nas suas ações. Ou seja, a partir dos 18 anos, como é hoje o caso do Brasil, o cidadão é considerado adulto e não mais obedece às leis do Estatuto da Criança e do Adolescente.

14

A seguir, a lista dos países mais seguros do mundo e as suas respectivas maioridades penais:

#### **9. FINLÂNDIA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=15 anos – Maioridade Penal ou maioria criminal = 18 anos)

#### **8. ÁUSTRIA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=14 anos – Maioridade Penal ou maioria criminal = 19 anos)

O Sistema Austríaco prevê até os 19 anos a aplicação da Lei de Justiça Juvenil (JGG). Dos 19 aos 21 anos as penas são atenuadas.

#### **7. SUÉCIA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=15 anos – Maioridade Penal ou maioria criminal = 18 anos)

Sistema de Jovens Adultos até 18 anos.

## **6. AUSTRÁLIA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=10 anos – Maioridade Penal ou maioridade criminal = 19 anos)

## **5. IRLANDA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=12 anos – Maioridade Penal ou maioridade criminal = 18 anos)

A idade de início da responsabilidade está fixada aos 12 anos, porém a privação de liberdade somente é aplicada a partir dos 15 anos.

## **4. DINAMARCA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=15 anos – Maioridade Penal ou maioridade criminal = 18 anos)

## **3. NORUEGA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=15 anos – Maioridade Penal ou maioridade criminal = 18 anos)

## **2. ISLÂNDIA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=15 anos – Maioridade Penal ou maioridade criminal = 18 anos)

## **1. NOVA ZELÂNDIA**

(Responsabilidade Penal Juvenil=15 anos – Maioridade Penal ou maioridade criminal = 18 anos)

Estável, pacífico e democrático. São esses os conceitos usados pelo Institute for Economics and Peace para definir o país mais seguro do mundo na atualidade, a Nova Zelândia.

15

### Conceito de Políticas Públicas e Atores Sociais

Durante os séculos XVIII e XIX, as principais funções do Estado eram a segurança pública e a defesa em caso de embate externo. Contudo, com a expansão da democracia, houve muitas mudanças com relação às responsabilidades do Estado perante à sociedade. Atualmente, pode-se dizer que a sua principal função é proporcionar o bem-estar à mesma.

Para tal, o Estado necessita desenvolver diversas ações e atuar em diferentes campos, como educação, saúde, segurança, meios de transporte público, meio ambiente etc. Para alcançar frutos em tais áreas, o governo se utiliza das Políticas Públicas.

#### Conceito de Políticas Públicas

As Políticas Públicas são um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais (seja em nível nacional, estadual ou municipal) voltados para a resolução de problemas de interesse público – que podem ser específicos, como a construção de uma ponte ou gerais, como melhores condições na saúde pública.

Através de grupos organizados, a sociedade faz seu apelo aos seus representantes - vereadores, deputados e senadores, membros do poder legislativo, e estes mobilizam os componentes do poder executivo - prefeitos, governadores e até mesmo o Presidente da República, para que atendam às solicitações da população.

É importante ressaltar que a existência dos grupos organizados e suas reivindicações não são garantia de que suas expectativas serão atendidas, pois no processo das Políticas Públicas, é realizada uma seleção de prioridades que visa responder às demandas das áreas mais vulneráveis da sociedade, o que certamente não abrangerá todas as questões. É preciso que tais reivindicações ganhem força através de mobilizações sociais e chamem a atenção das autoridades.

#### Políticas Públicas e os Atores Sociais

São chamados de atores políticos ou atores sociais os membros dos grupos que integram o sistema político. Em todo o procedimento das políticas públicas, desde o questionamento até a execução, há basicamente dois tipos de atores: os estatais ou públicos – provenientes do Governo ou do Estado, aqueles que exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a essas funções, ou seja, os políticos, eleitos pela população para um determinado período e os servidores públicos, que atuam no segmento burocrático; e os privados – provenientes da sociedade civil, compostos por sindicatos dos trabalhadores, empresários, grupos de pressão, centros

de pesquisa, imprensa, associações da Sociedade Civil Organizada (SCO), entre outras entidades.

Os políticos são escolhidos pela sociedade com base em suas concepções e propostas, durante o período eleitoral e, quando eleitos, buscam executá-las. Os servidores públicos, componentes da burocracia, controlam recursos e informação e operam no processo de efetivação das políticas públicas definidas. A princípio, a burocracia é neutra, mas por muitas vezes, este princípio é corrompido por interesses pessoais, o que implica na cooperação ou impedimento das ações governamentais. Além disso, os burocratas também possuem projetos políticos, sejam eles pessoais ou organizacionais; por isso é comum ver disputas não somente entre políticos e burocratas, mas também entre burocratas de diversos setores governamentais.

Já os atores privados são aqueles que não possuem vínculo direto com a administração do Estado. Dentre os principais grupos, tem-se:

### **Trabalhadores**

A força deste grupo resulta da ação organizada, pois atuam através de seus sindicatos, que, geralmente, são ligados a partidos, ONGs e, às vezes, até mesmo a igrejas. Dependendo da importância do setor no qual atuam, podem ter um maior poder de pressão;

### **Empresários**

Este grupo exerce uma enorme capacidade de influir nas políticas públicas, visto que podem afetar a economia do país. Os empresários mobilizam seus lobbies (do termo lobby, que significa a atividade de pressão que tem como objetivo inferir diretamente nas decisões do poder público em favor de interesses privados) para encaminhar suas demandas aos atores públicos. Podem se manifestar como atores isolados ou coletivos;

17

### **Grupos de interesse e grupos de pressão**

Os grupos de interesse são formados por pessoas que compartilham o mesmo desejo e trabalham para conquistar seus objetivos. Já os grupos de pressão são formados por pessoas que possuem o objetivo de influenciar determinada decisão de caráter público. Muitas vezes, esse tipo de pressão acontece de forma direcionada ao Legislativo, porém, pode incidir também sobre os meios de comunicação, o Judiciário e o Executivo. Também é comum tais grupos apoiarem determinados partidos políticos e alguns possuem recursos financeiros e organizacionais;

### **Organizações de Pesquisa**

Podem ser formadas por universidades ou organizações especializadas em pesquisas relacionadas às políticas públicas. Com essas pesquisas, eles propõem soluções práticas para problemas sociais e assim, influenciam no processo de políticas públicas;

### **Mídia**

A mídia possui grande influência, quando o assunto é a definição de empasses relacionados ao governo. São formadores de opinião que possuem credibilidade na

sociedade e por isso são capazes de mobilizar um grande número de pessoas. Além disso, possuem certo domínio sobre as políticas públicas.

Portanto, as políticas públicas envolvem um processo complexo, constituído por um fluxo de decisões e ações praticadas por diversos indivíduos e órgãos, que acarretará diretamente no equilíbrio - ou desequilíbrio, social.

### **Fases das Políticas Públicas**

O Ciclo das Políticas Públicas apresenta vários estágios: gráficos e fases das políticas públicas

**Agenda**, em que são selecionadas as prioridades;

**Formulação**, em que são apresentadas soluções ou alternativas;

**Implementação**, em que são executadas as políticas;

**Avaliação**, em que ocorre a análise das ações tomadas.

Na teoria, são estas as fases que correspondem às Políticas Públicas, mas na prática, tais etapas se misturam entre si e nem sempre seguem a sequência proposta, sendo tal segmentação mais significativa para uma melhor compreensão do assunto.

### **Políticas Públicas no Brasil**

Ainda na década de 20, o Brasil tinha grande parte de sua população vivendo no campo com uma economia fortemente baseada na agricultura. Mas, em cerca de 70 anos, o país tornou-se um dos mais importantes e influentes países na área industrial e viu sua população migrar em massa para as cidades.

Em todos esses anos, os governos deram mais ênfase à industrialização e não acompanharam da mesma forma as transformações na sociedade brasileira. O estado não desempenhava um papel regulador e participativo, mas criava um governo autoritário que também se refletia, de maneira autoritária, nas políticas públicas brasileiras.

De caráter conservador, a política brasileira possui uma maneira peculiar para tratar as políticas sociais. O atendimento é centralizado, ou seja, atendendo a interesses específicos. Mas o país possui necessidades diferentes em cada região e em alguns casos elas acabam não sendo resolvidas da forma correta. São todas tratadas da mesma maneira e de forma massiva.

As políticas públicas deveriam ser criadas para distribuir de forma igualitária os recursos de caráter individual e social. Elas seriam a garantia da qualidade de vida, uma vida desenvolvida de maneira agradável e digna. Entretanto, para ter essa qualidade de vida são importantes diversos fatores, como moradia, vestuário, educação, saúde, segurança e lazer.

A implementação de políticas públicas de qualidade no Brasil não costuma ser tão debatido pelos parlamentares do país. Além disso, não é feito um estudo aprofundado do assunto e como esses processos podem ser implantados de maneira mais dinâmica e eficiente. Muitas vezes, as políticas públicas são confundidas como prestação de serviço do Poder Público aos cidadãos. Elas afetam determinados grupos da sociedade fazendo com que as atitudes governamentais realizadas ou não atinjam pessoas de diversos grupos.

A partir da década de 30, o país modernizou-se e cresceu o número de direitos sociais. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e anos mais tarde a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Ainda nessa década, surgiram programas voltados aos pagamentos de aposentadoria e pensões em diversas profissões.

Com a imposição da ditadura pelo governo militar, muitos direitos civis, sociais e políticos foram retirados da população brasileira. Foram criados o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Na década de 70, foi criado o Ministério da Previdência que atuava na área de saúde e na área social.

Apesar de muitas medidas criadas e programas sociais voltados à população, essas decisões eram baseadas no assistencialismo, na corrupção e na ineficiência desses processos. Ou seja, havia muitos recursos para as políticas sociais, mas eles eram desviados e por isso passou-se a investir mais no sistema privado (educação e saúde privada, por exemplo).

19

A partir da Constituição de 1988, o Brasil passou a investir menos nas políticas públicas com o aumento da dependência internacional, o crescimento da desigualdade social, da pobreza e exclusão. As atuais políticas públicas brasileiras não conseguem reverter a desigualdade e investem, em sua maioria, em pequenos grupos sociais. Para a população pobre são criadas políticas de compensação no intuito de “distrair” para os verdadeiros problemas.

Com a abertura democrática brasileira, a descentralização teve apoio no intuito de aumentar os direitos sociais e a participação da sociedade no processo decisório. Nesse período, a população necessitava de mais recursos e mostrava sinais de crescimento, mas era impedida pelos problemas econômicos em um país refém da inflação.

Apesar de ter sido implementada como uma forma de garantia dos direitos sociais dos brasileiros, a Constituição Federal de 1988, tem sido pouco eficaz quando se trata do bem-estar da população. Facilitou o acesso a diversos serviços essenciais, mas não se preocuparam com a questão financeira. O objetivo era reduzir a desigualdade do Brasil.

Essa constituição é considerada redistributiva e instiga o Governo Federal a tornar as necessidades sociais e políticas públicas eficazes. No início da década de 90 o Governo Federal deixou de ser o principal provedor e passou a fiscalizar entidades que ofereciam determinados serviços para a sociedade. São diversos programas sociais de caráter municipal, estadual e federal e muitas vezes eles não são compatíveis entre si. Essa

incompatibilidade acaba virando uma desvantagem para a população que necessita dessa ajuda.

Os gestores públicos ainda não conseguiram identificar as reais necessidades básicas dos cidadãos. Por mais que se ouça dos políticos promessas relacionadas à erradicação de muitas mazelas, como a pobreza, os programas e atitudes relacionadas a isso ainda são muito ineficientes. Muitas vezes, as soluções são distribuídas entre a população, mas de forma desordenada.

O grande mistério, quando se observa a desigualdade no Brasil, é que o país possui uma das maiores economias do mundo. Tal situação pode ser explicada pelo atraso político da população brasileira que, muitas vezes, teve seu voto influenciado por militares, coronéis e políticos mal intencionados.

Nas últimas décadas, o Brasil tem desempenhado novas atividades relacionadas ao caráter público. É necessária uma articulação e engajamento da sociedade para debater as propostas de políticas públicas em todo o país. O Estado desempenha um papel importante para o desenvolvimento social e estrutural do Brasil e é para ele que devem ser direcionadas as cobranças dos setores sociais do país.

### **Características das políticas públicas no Brasil**

Uma das características relevantes nas políticas públicas brasileiras é a fragmentação. Muitas vezes, essa fragmentação causa problemas, pois há muitas divergências entre determinadas agências de controle quando o assunto é burocrático. Outra característica das políticas públicas brasileiras é a descontinuidade administrativa, em que as agências responsáveis pelas políticas públicas, muitas vezes, pensam nas políticas públicas de acordo com o interesse de seus gestores. Levando isso em consideração, a cada mudança de cargo, mudam-se as políticas implantadas.

20

Outra característica está ligada principalmente as políticas sociais e dão preferência para o que é ofertado sem considerar as necessidades dos beneficiados. Essa situação resulta em problema ligados a credibilidade governamental, frustração dos cidadãos, desperdícios, etc. Um outro ponto relevante é a separação de política econômica e política social. Nesse caso a política social assume um papel secundário. Um outro aspecto importante é a focalização e a seletividade, baseados nos direitos universais.

### **Novos Arranjos para as Políticas Públicas**

A partir da década de 90, foram realizadas tentativas para criar políticas públicas universais e estáveis. Surgiram leis como a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. Além disso, foram introduzidos benefícios sociais como “o bolsa família e o bolsa escola”. Muitas dessas conquistas são resultados de organizações montadas pelos civis através de referendos, protestos e manifestos. Seria importante que as políticas públicas fossem integradas para um único propósito. No entanto, o que se vê atualmente é um processo fragmentado.

Apesar dessa situação, nos últimos tempos, a administração das políticas públicas tornou-se mais democrática, com o Estado desenvolvendo um papel mais próximo da

sociedade. Começa a ser trabalhada uma política menos centralizada, em que a população participa com mais empenho e importância nas políticas públicas brasileiras. Os políticos tentam agora desenvolver métodos para decisões compartilhadas.

### **Intersetorialidade**

A intersectorialidade busca ultrapassar os resultados das políticas sociais e os problemas enfrentados pela população para ter acesso aos serviços públicos. Esse caso atribui a ideia de associação e igualdade dos direitos sociais dos cidadãos.

### **Descentralização**

A descentralização é um dos processos que podem ser identificados após a Constituição Federal de 1988. Nos âmbitos governamentais (União, Estados e Municípios) possuem habilidades e recursos para instituir novas políticas públicas para a garantia dos direitos dos cidadãos. Ou seja, muitas vezes, os estados e municípios deliberam decisões através de necessidades próprias.

### Mobilidade Urbana no Brasil

A busca pela mobilidade urbana é um desafio enfrentado pela maioria das grandes cidades no Brasil, que esbarram em problemas como o privilégio aos transportes individuais.

Por Me. Rodolfo Alves Pena

A mobilidade urbana refere-se às condições de deslocamento da população no espaço geográfico das cidades. O termo é geralmente empregado para referir-se ao trânsito de veículos e também de pedestres, seja através do transporte individual (carros, motos etc.), seja através do uso de transportes coletivos (ônibus, metrô etc.).

Nos últimos anos, o debate sobre a mobilidade urbana no Brasil vem se acirrando cada vez mais, haja vista que a maior parte das grandes cidades do país vem encontrando dificuldades em desenvolver meios para diminuir a quantidade de congestionamentos ao longo do dia e o excesso de pedestres em áreas centrais dos espaços urbanos. Trata-se, também, de uma questão ambiental, pois o excesso de veículos nas ruas gera mais poluição, interferindo em problemas naturais e climáticos em larga escala e também nas próprias cidades, a exemplo do aumento do problema das ilhas de calor.

A principal causa dos problemas de mobilidade urbana no Brasil relaciona-se ao aumento do uso de transportes individuais em detrimento da utilização de transportes coletivos, embora esses últimos também encontrem dificuldades com a superlotação. Esse aumento do uso de veículos como carros e motos deve-se:

22

- a) à má qualidade do transporte público no Brasil;
- b) ao aumento da renda média do brasileiro nos últimos anos;
- c) à redução de impostos por parte do Governo Federal sobre produtos industrializados (o que inclui os carros);
- d) à concessão de mais crédito ao consumidor;
- e) à herança histórica da política rodoviária do país.

Entre os anos de 2002 e 2012, segundo dados do Observatório das Metrôpoles, enquanto a população brasileira aumentou 12,2%, o número de veículos registrou um crescimento de 138,6%. Há cidades no país que apresentam uma média de menos de dois habitantes para cada carro presente, o que inviabiliza quase todas as medidas para a garantia de um sistema de transporte mais eficiente. Confira a tabela a seguir:

<b>Capitais brasileiras com a maior quantidade de carros por habitante</b>	
<b>Cidade</b>	<b>Habitantes por veículo (2013)</b>
Curitiba	1,82
Florianópolis	2,14
Belo Horizonte	2,22
São Paulo	2,34
Goiânia	2,43
Brasília	2,50
Porto Alegre	2,53

Tabela das capitais brasileiras com a maior quantidade de carros por habitante

Na tabela acima, temos alguns exemplos de capitais que contam com uma grande quantidade de veículos para cada habitante. Esses dados, no entanto, são apenas um indicativo geral e não uma realidade em si, haja vista que leva em consideração apenas o número de carros registrados e não o total de veículos que realmente circulam nessas cidades. Tal indicador, não inclui, dessa forma, aqueles carros registrados em cidades vizinhas e que também circulam nessas capitais.

Entre as principais soluções para o problema da mobilidade urbana, na visão de muitos especialistas, seria o estímulo aos transportes coletivos públicos, através da melhoria de suas qualidades e eficiências e do desenvolvimento de um trânsito focado na circulação desses veículos. Além disso, o incentivo à utilização de bicicletas, principalmente com a construção de ciclovias e ciclo faixas, também pode ser uma saída a ser mais bem trabalhada.

23

Outra questão referente à mobilidade urbana que precisa ser resolvida é o tempo de deslocamento, que vem aumentando não só pelos excessivos congestionamentos e trânsito lento nas ruas das cidades, mas também pelo crescimento desordenado delas, com o avanço da especulação imobiliária e a expansão das áreas periféricas, o que contrasta com o excessivo número de lotes vagos existentes. Se as cidades fossem mais compactas, os deslocamentos com veículos seriam mais rápidos e menos frequentes.

Muitas outras soluções, além do incentivo aos transportes de massa e ao uso de bicicletas, são mencionadas por especialistas em Urbanismo e Geografia Urbana. Uma proposta seria a adoção dos chamados “rodízios”, o que já é empregado em várias cidades, tais como São Paulo. Outra ideia é a adoção dos pedágios urbanos, o que faria com que as pessoas utilizassem, em tese, menos os veículos para deslocamentos.

Outra proposta é a diversificação dos modais de transporte. Ao longo do século XX, o Brasil foi essencialmente rodoviário, em detrimento do uso de trens, metrô e outros. A ideia é investir mais nesses modos alternativos, o que pode atenuar os excessivos números de veículos transitando nas ruas das grandes cidades do país.

De toda forma, é preciso ampliar os debates, regulamentando ações públicas para o interesse da questão, tais como a difusão dos fóruns de mobilidade urbana e a melhoria do Estatuto das Cidades, com ênfase na melhoria da qualidade e da eficiência dos deslocamentos por parte das populações.

### Sete perguntas para entender o 'Estado Islâmico' e como ele surgiu

Da BBC Mundo | 16 novembro 2015

**Os ataques em Paris na sexta-feira voltaram a colocar em foco o grupo extremista autodenominado "Estado Islâmico" (EI), que assumiu a autoria dos atentados que mataram ao menos 129 e deixaram mais de 350 feridos.**

Com suas táticas brutais, que envolvem assassinatos em massa, sequestros de minorias religiosas e decapitações divulgadas pela internet, o grupo vem gerando uma onda de medo e ódio em todo o mundo.

Mas o que é realmente o "EI"? Quem o financia? E quantos membros têm? A seguir, respondemos a estas e outras perguntas.

#### 1. O que é e o que quer o 'Estado Islâmico'?

O grupo estabeleceu um califado, uma forma de Estado dirigido por um líder político e religioso de acordo com a lei islâmica, a Sharia. O 'EI' controla hoje um território que engloba partes da Síria e do Iraque.

Apesar de estar presente só nestes dois países, o grupo prometeu "romper as fronteiras" do Líbano e da Jordânia com o objetivo de "libertar a Palestina" e, para isso, tem pedido o apoio de todo o mundo muçulmano, além de exigir que todos jurem lealdade a seu líder (califa), Abu Bakr al-Baghdadi.

#### 2. Qual é sua origem?

Para buscar as raízes do 'EI', é preciso voltar a 2002, quando o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, já falecido, criou o grupo radical Tawhid wa al-Jihad.

Um ano depois da invasão liderada pelos Estados Unidos ao Iraque, Zarqawi jurou lealdade a Osama bin Laden e fundou as bases da Al Qaeda no Iraque, que se tornou na maior força insurgente dos anos de ocupação americana.

No entanto, depois da morte de Zarqawi em 2006, a Al Qaeda criou uma organização alternativa chamada "Estado Islâmico de Iraque" (ISI, na sigla em inglês).

O ISI foi enfraquecido pelos ataques das tropas americanas e pela criação dos conselhos *sahwa*, liderados por tribos sunitas que rejeitaram a brutalidade do grupo.

Em 2010, Abu Bakr al-Baghdadi se tornou seu novo líder, reconstruiu a organização e realizou múltiplos ataques. Três anos depois, se unia à rebelião contra o presidente sírio Bashar al Assad, junto com a frente Al Nusra.

Abu Bakr anunciou a fusão das milícias no Iraque e na Síria em abril daquele ano e a batizou como "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" (ISIS, na sigla em inglês).

Os líderes da Al Nusra rejeitaram esta fusão. Mas os combatentes leais a Abu Bakr o seguiram em seu empenho jihadista. Em dezembro de 2013, o ISIS se concentrou no Iraque e aproveitou a divisão política entre o governo de orientação xiita e a minoria sunita.

Com a ajuda de líderes tribais, conseguiram controlar a cidade de Faluja. Mas o grande golpe veio em junho de 2014, quando assumiram o controle de Mosul, a segunda maior cidade do país, e continuaram a avançar rumo à capital, Bagdá.

Em julho, já controlavam dezenas de outras cidades e localidades. Neste ponto, o ISIS declarou ter criado um califado e mudou seu nome para "Estado Islâmico".

### **3. Quanto território o grupo controla?**

Estimativas dão conta de que o grupo e seus aliados têm sob seu controle ao menos 40 mil km<sup>2</sup> no Iraque e na Síria, quase o equivalente ao território da Bélgica. Mas outros analistas afirmam que são cerca de 90 mil km<sup>2</sup>, o mesmo que toda a Jordânia.

Esse território inclui as cidades de Mosul, Tikrit, Faluja e Tal Afar no Iraque, e Raqqa na Síria, além de reservas de petróleo, represas, estradas e fronteiras.

Ao menos 8 milhões de pessoas vivem em áreas controladas total ou parcialmente pelo 'EI', que faz uma interpretação radical da SHARIA, forçando mulheres a usar véu, realizando conversões forçadas, obrigando o pagamento de um imposto e impondo castigos severos, que incluem execuções.

### **4. Quantos membros tem?**

Autoridades americanas acreditam que o "Estado Islâmico" tenha cerca de 15 mil combatentes. No entanto, o especialista em segurança iraquiano Hisham al-Hisham estima, no início de agosto, esse número em entre 30 mil a 50 mil.

Por volta de 30% deles o faz por pura convicção, enquanto o restante foi coagido pelos líderes do grupo a entrar nele. Um número considerável de combatentes não é iraquiano ou sírio. A consultoria Soufan, especializada em segurança no Oriente Médio, estima que haja ao menos 12 mil estrangeiros entre seus membros, dos quais 2,5 mil teriam vindo de países do Ocidente nos últimos três anos.

### **5. Que armamentos usa?**

Os membros do "EI" têm acesso a e são capazes de usar uma grande variedade de armas, inclusive artilharia pesada, metralhadoras, lançadores de foguetes e baterias antiaéreas. Em suas incursões militares eles capturaram tanques de guerra e veículos blindados dos Exércitos sírio e iraquiano.

Além disso, o grupo tem um constante abastecimento de munição que mantém seu Exército bem armado. O poder de seus ataques recentes e enfrentamentos com o Exército curdo no norte do Iraque surpreendeu a muitos.

## **6. Como se financia?**

O grupo disse ter US\$ 2 bilhões (R\$ 7,6 bilhões) em dinheiro. Isso faria dele o grupo insurgente mais rico do mundo.

A princípio, seu apoio vinha de indivíduos de países árabes do Golfo Pérsico, como Catar e Arábia Saudita. Ultimamente, consegue se sustentar ao ganhar milhões de dólares com a venda de petróleo e gás dos campos que controla, dos impostos que recolhe em seu território e de atividades ilícitas, como contrabando e sequestro.

Sua ofensiva no Iraque também foi bastante lucrativa, já que obteve acesso ao dinheiro que estava nos bancos das principais cidades que passou a controlar.

## **7. Por que suas táticas são tão brutais?**

Os membros do "EI" são jihadistas que fazem uma interpretação extrema do ramo sunita do Islã e acreditam ser os únicos reais fiéis. Veem o resto do mundo como infiéis que querem destruir sua religião.

Desta forma, atacam muçulmanos e não muçulmanos. Decapitações, crucificações e assassinatos em massa já foram usados para aterrorizar seus inimigos. Os militantes usam versos do Corão para justificar seus atos, como trechos que incitam a "golpear a cabeça" dos infiéis.

O líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, condenou as ações do "EI" em fevereiro passado e advertiu ao califa que a brutalidade o faria perder o "coração e a cabeça dos muçulmanos".

### Terrorismo

O terrorismo se originou no século I d.C., mas foi no século XXI que as ações terroristas se acentuaram e o discurso antiterrorista virou assunto recorrente na mídia ocidental.

Leandro Carvalho | Mestre em História

Os atos e ataques terroristas, segundo alguns estudiosos, tiveram início no século I d. C., quando um grupo de judeus radicais, chamados de sicários (Homens de punhal), atacava cidadãos judeus e não judeus que eram considerados a favor do domínio romano. Outros indícios que confirmam as origens remotas do terrorismo são os registros da existência de uma seita mulçumana no final do século XI d. C., que se dedicou a exterminar seus inimigos no Oriente Médio. Dessa seita teria surgido a origem da palavra assassino.

O terrorismo moderno tem sua origem no século XIX no contexto europeu, quando grupos anarquistas viam no Estado seu principal inimigo. A principal ação terrorista naquele período visava à luta armada para constituição de uma sociedade sem Estado – para isso, os anarquistas tinham como principal alvo algum chefe de estado e não seus cidadãos.

Durante a segunda metade do século XIX, as ações terroristas tiveram uma ascensão, porém foi no século XX que houve uma expansão dos grupos que optaram pelo terrorismo como forma de luta. Como consequência dessa expansão, o raio de atuação terrorista aumentou, surgindo novos grupos, como os separatistas bascos na Espanha, os curdos na Turquia e Iraque, os mulçumanos na Caxemira e as organizações paramilitares racistas de extrema direita nos EUA. Um dos seguidores dessa última organização foi Timothy James McVeigh, terrorista que assassinou 168 pessoas em 1995, no conhecido atentado de Oklahoma.

Com o desenvolvimento da ciência e tecnologia no século XX, as ações terroristas passaram a ter um maior alcance e poder, através de conexões globais sofisticadas, uso de tecnologia bélica de alto poder destrutivo, redes de comunicação (internet) etc.

No início do século XXI, principalmente após os ataques terroristas aos EUA, no ano de 2001, estudiosos classificaram o terrorismo em quatro formas: o terrorismo revolucionário, que surgiu no século XX e seus praticantes ficaram conhecidos como guerrilheiros urbanos marxistas (maoístas, castristas, trotskistas e leninistas). O terrorismo nacionalista, que foi fundado por grupos que desejavam formar um novo Estado-nação dentro de um Estado já existente (separação territorial), como no caso do grupo terrorista separatista Eta, na Espanha (o povo Basco não se identifica como espanhol, mas ocupa o território espanhol e é submetido ao governo da Espanha).

O terrorismo de Estado é praticado pelos Estados nacionais e seus atos integram duas ações. A primeira seria o terrorismo praticado contra a sua própria população. Foram

exemplos dessa forma de terrorismo: os Estados totalitários Fascistas e Nazistas, a ditadura militar brasileira e a ditadura de Pinochet no Chile. A segunda forma se constituiu como a luta contra a população estrangeira (xenofobismo).

E o terrorismo de organizações criminosas, que são atos de violência praticados por fins econômicos e religiosos, como nos casos da máfia italiana, do Cartel de Medellín, da Al Qaeda, etc.

No mundo contemporâneo, as ameaças terroristas são notícias recorrentes na imprensa, “para a maior visualização do terrorismo mundial, a mídia exerce um papel fundamental. Mas é evidente que também cria um sensacionalismo em torno dos terroristas [...] a mídia ajuda a justificar a legalidade e a necessidade de ações antiterroristas que, muitas vezes, levam adiante banhos de sangue e violações aos direitos humanos que atingem mais a população civil do que os próprios terroristas” (SILVA; SILVA, 2005: 398-399).

É importante refletir sobre o terror, como prática e o discurso sobre o terror. A separação dessas ações é fundamental para a compreensão da prática terrorista e para a análise dos discursos construídos sobre o terrorismo. Feito isso, será possível entender as questões políticas e ideológicas que estão por trás das práticas e discursos sobre o terror. Assim sendo, estaremos mais aptos a questionar, lutar e compreender por que tantas pessoas matam e morrem por determinadas causas, sejam elas políticas, religiosas, econômicas ou culturais.

É mais que necessário à sociedade compreender as ideologias que movem as práticas terroristas e os discursos construídos sobre essas práticas. A cada ano que passa, a humanidade se sente mais acuada e receosa, temerosa de ataques com armas de destruição em massa.

### Conflitos e tensões no mundo atual

Publicado por: Fabrício Barroso dos Santos em Idade Contemporânea

#### Diferentes momentos de conflitos ocorridos na atualidade\*

Se o século XX deu origem à era da guerra total, como afirmou o historiador inglês **Eric Hobsbawm**, o século XXI inaugura a **era da insegurança** e da eminência mundial de uma nova onda de guerras. Esse receio diante da possibilidade de novos conflitos tem início com a simbólica data de 11 de Setembro de 2001, com o atentado terrorista de **Osama Bin Laden** às torres gêmeas do **World Trade Center**. Dessa forma, o primeiro ano do terceiro milênio começou com uma grande catástrofe, em que o medo trouxe instabilidade na defesa da paz mundial.

As relações entre os Estados tornaram-se mais complexas a partir do atentado nos Estados Unidos e a tensão militar adquiriu força nos últimos anos. Essa instabilidade entre as nações é exemplificada, por exemplo, na política nuclear do Irã, que descumprindo medidas de segurança investe pesado na produção de armas nucleares, com a justificativa de que essa produção será exclusivamente utilizada para fins pacíficos. Todavia, existe uma insegurança entre vários países, principalmente do Ocidente, de que essa narrativa iraniana seja coberta de interesses para uma suposta **guerra nuclear**.

Nessa era da insegurança, destaca-se recentemente o atentado à capital da Noruega, Oslo, realizado por um empresário nacionalista que motivado por **ideologias xenofóbicas** causou a morte de pelo menos 76 pessoas. Anders Behring Breivik, autor dessa violência, adotou um discurso fundamentalista em seu julgamento, apoiando-se em ideias que vão contra a diversidade cultural e religiosa em seu país, principalmente em relação aos cidadãos muçulmanos.

Outras tensões vêm acontecendo na atualidade, como os conflitos entre os países árabes que representam historicamente as divergências políticas e religiosas. A divisão do mundo islâmico em duas perspectivas – **sunitas e xiitas** – pode ser entendida como uma dessas divergências que contribui para o distanciamento entre governo e população. Um exemplo dessas diferenças de cunho religioso são as manifestações na Síria contra o governo de Bashar al-Assad, que, sendo ele um membro xiita, realiza perseguições contra os muçulmanos sunitas.

**Conflitos civis no Norte da África** também ganharam força nos últimos anos. A história nos mostra que grande parte do continente africano tem sua identidade construída através do sofrimento e das práticas coloniais que impediram o crescimento da região. O resultado dessa herança colonial é caótico para a população civil que, através de reivindicações, tenta suprimir a ausência de liberdade e democracia, como a

resistência civil na Líbia, que derrubou o ditador Muammar Gaddafi, no poder desde 1969.

Portanto, para compreender mais sobre os conflitos e tensões ocorridos no mundo atual, acompanhe os textos destacados por esta seção e obtenha informações necessárias para uma análise criteriosa dessas complexas relações políticas.

## **Veja as relações entre EUA e Cuba nos últimos 50 anos**

Esta é a cronologia das relações entre Washington e Havana nos últimos 50 anos.

14/08/2015 - 13h11min

### **1961**

- 3 de janeiro: EUA rompem relações diplomáticas com Cuba.
- 16 de abril: Fidel Castro proclama o caráter socialista da revolução.
- 17 de abril: Invasão da Baía dos Porcos, financiada pela CIA e derrotada dois dias depois.

### **1962**

- Janeiro: Cuba é suspensa da OEA após pressões de Washington.
- 3 de fevereiro: EUA impõem embargo a Cuba.
- Outubro: Crise dos mísseis. Washington e Moscou se enfrentam por foguetes nucleares soviéticos instalados em Cuba.

### **1966**

- O Congresso americano aprova uma lei que oferece asilo e visto de trabalho aos cubanos que emigram ilegalmente.

### **1977**

- 1 de setembro: Washington e Havana abrem Seções de Interesses para cumprir funções consulares.

### **1980**

- Abril-outubro: Êxodo de Mariel: 125.000 cubanos partem em embarcações rumo a Miami depois que Fidel Castro permitiu saídas, um fato que muda as relações com o governo de Jimmy Carter.

### **1992**

- Outubro: EUA aprovam a Lei Torricelli para endurecer o embargo.

### **1993**

- Julho: Fidel Castro autoriza a circulação do dólar na ilha.

### **1994**

- Agosto: Crise dos balseiros: depois que Cuba deixou de impedir saídas ilegais, 35.000 cubanos se lançaram no mar para tentar chegar à Flórida. A crise termina um mês depois após negociações entre os dois países.

### **1996**

- 24 de fevereiro: Migs cubanos derrubam dois aviões de uma organização anticastrista com sede em Miami.

- 12 de março: Bill Clinton sanciona Lei Helms-Burton que reforça o embargo e cancela medidas de flexibilização em represália pela queda de aeronaves.

### **1998**

- 20 de março: Bill Clinton suaviza o embargo: autoriza as remessas e facilita o envio de medicamentos à ilha.
- 19 de junho: EUA autorizam os voos da companhia Cubana de Aviación sobre seu território rumo ao Canadá, vetados desde 1962.
- 12 de setembro: EUA capturam cinco agentes cubanos que espionavam grupos anticomunistas. São condenados a longas penas de prisão.

### **1999**

- Novembro-Junho 2000: Cuba e Miami se enfrentam pelo menino balseiro Elián González. A justiça americana o entrega finalmente à ilha após um longo processo judicial.

### **2002**

- 6 de maio: Washington acusa Cuba de fabricar e transferir a outros países tecnologia para armas químicas.

### **2004**

- Julho: George W. Bush limita viagens de cubano- americanos à ilha - uma a cada três anos - e o envio de remessas. Dá mais ajuda à dissidência.

### **2008**

- Os países da América Latina reunidos em uma cúpula exigem o levantamento do embargo contra Cuba.

### **2009**

- Março: O Congresso dos Estados Unidos suprime as medidas de Bush sobre viagens e remessas e elimina o pagamento "adiantado" de alimentos e remédios que Havana deveria realizar.
- 13 de Abril: O presidente Barack Obama suprime as barreiras às viagens de cubano- americanos e ao envio de remessas. Reconhece o fracasso da política americana e, assim como o presidente Raúl Castro, oferece um diálogo aberto.
- 14 de julho: Estados Unidos e Cuba retomam em Nova York o diálogo migratório suspenso desde 2003.
- 17 de setembro: Os dois países retomam, em Havana, discussões sobre a retomada do serviço direto de correio à ilha. A chefe da missão americana em Havana se reúne com dissidentes e irrita o governo comunista.
- 3 de dezembro: É detido em Havana o terceirizado americano Alan Gross, que havia viajado à ilha para distribuir material de comunicação a grupos civis. É condenado a 15 anos de prisão.

### **2010**

- 19 de fevereiro: Segunda rodada de diálogo migratório em Havana.
- 18 de junho: Terceira rodada de diálogo migratório em Washington.

## 2011

- 12 de janeiro: Quarta rodada do diálogo em Havana, onde os Estados Unidos insistem na libertação imediata de Gross.
- 14 de janeiro: A Casa Branca flexibiliza viagens por motivos religiosos, acadêmicos, culturais ou esportivos a Cuba, voos a partir de mais aeroportos e mais liberdade para enviar remessas.
- 7 de outubro: Sai da prisão René González, o primeiro dos cinco agentes cubanos a cumprir sua sentença nos Estados Unidos. Retorna em 2013 à ilha.

## 2012

- 17 de janeiro: Cuba propõe pela primeira vez uma troca entre Gross e os agentes cubanos. "Não é possível", responde o departamento de Estado no dia seguinte.

## 2013

- 10 de dezembro: Barack Obama e Raúl Castro dão um histórico aperto de mãos na África do Sul durante o funeral de Nelson Mandela.

## 2014

- 17 de dezembro: Barack Obama e Raúl Castro anunciam que restabelecerão relações diplomáticas.

Raúl Castro lamenta a permanência do embargo e anuncia as libertações dos três agentes cubanos nos Estados Unidos, assim como de Gross e de um "espião de origem cubana" a serviço de Washington em Cuba.

## 2015

- 16 de janeiro: Washington coloca em vigor novas regulações que flexibilizam o envio de remessas de dinheiro e às viagens dos Estados Unidos a Cuba. Nos dias anteriores, Havana liberta 53 presos políticos em um gesto aos Estados Unidos.
- 21 de janeiro: Começam em Havana as primeiras negociações de alto nível em 35 anos, destinadas a revisar os convênios migratórios e a preparar o restabelecimento de relações diplomáticas.
- 29 de maio: Departamento de Estado anuncia saída "efetiva" de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo.
- 1 de julho: Os governos de Estados Unidos e Cuba anunciam formalmente o restabelecimento de suas relações diplomáticas.
- 20 de julho: Estados Unidos e Cuba restabelecem oficialmente suas relações diplomáticas e anunciam a reabertura a embaixada cubana em Washington e a sessão de interesses dos Estados Unidos em Havana assumindo de novo sua condição de embaixada.
- 14 de agosto: Estados Unidos reabrem oficialmente sua embaixada na capital cubana e hasteiam sua bandeira na presença do secretário de Estado americano John Kerry.

\* AFP

Adaptado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/veja-as-relacoes-entre-eua-e-cuba-nos-ultimos-50-anos-4824841.html>. Acesso em 25.04.16.

## Seis pontos ainda complicados na relação entre EUA e Cuba

BBC Monitoring | 21 março 2016



Obama e Raul em encontro no ano passado, na ONU (Image copyright Getty Image caption)

**A visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, à Cuba está sendo vista como um passo importante em direção à normalização completa das relações entre EUA e Cuba após décadas de hostilidade.**

Mas apesar do alvoroço da visita e após meses de reuniões de alto nível, ainda há muitos assuntos importantes impedindo os países de restabelecer inteiramente seus laços.

35

### **Embargo**

O embargo a Cuba foi a reação de Washington ao confisco de bens americanos após a revolução de 1959. Foi um ponto de tensão constante entre os países por décadas.

Cuba disse que levantar o embargo é necessário para estabilizar os laços. Mas esta decisão não está nas mãos de Obama, já que precisa ser aprovada pelo Congresso americano, controlado pelos republicanos, que se opõem ao levantamento do embargo antes que Cuba faça movimentos significativos em direção à democratização.

### **Direitos Humanos**

Os EUA insistiram que gostariam de ver melhorias na questão dos direitos humanos em Cuba e o fim da prisão de dissidentes políticos. Mas Cuba diz que vê direitos humanos de forma diferente e aponta a oferta de saúde universal e educação como exemplo da forma como protege os direitos de seus cidadãos.

Os EUA também querem que Cuba se afaste do sistema de partido único, mas o governo cubano diz que quer reconhecimento pelo que vê como uma "democracia participativa" de partido único.

## **Lei de Ajuste Cubano**

Em 1966 os EUA implementaram a Lei do Ajuste Cubano, que dá a cubanos um caminho mais rápido para obter residência permanente nos EUA. Cuba diz que isso é um vestígio da Guerra Fria que precisa acabar e já pediu o fim da lei diversas vezes, pois ela causaria a perda de vidas no mar e tráfico de pessoas.

Também argumenta que as políticas de migração americanas têm sido usadas como arma política contra a revolução.

## **Base naval americana em Guantánamo**

Havana e Washington não conseguiram um acordo sobre a base de Guantánamo, que ganhou notoriedade após os ataques de 11 de Setembro, quando os EUA construíram ali um centro de detenção para suspeitos de terrorismo.

A base tem 45 milhas quadradas e está "alugada" de Cuba desde 1903, após os EUA ajudarem Cuba a ganhar independência da Espanha. Foi alugada por U\$ 4.085 por ano e, de acordo com Fidel Castro os cheques, que Cuba considerava um insulto, não foram descontados desde a revolução.

Havana pede a devolução do território diversas vezes. Em 2015, o presidente Raúl Castro disse que o retorno do território "legalmente ocupado" seria "indispensável" em qualquer normalização de laços com os EUA. Os EUA nunca indicaram ter planos para fechar a base naval.

## **Mídia**

Raúl Castro criticou fortemente a Radio e TV Marti, emissora baseada em Miami e financiada pelos EUA, classificando-a como um grande impedimento para a normalização completa das relações. Cuba interfere em sinais de transmissão, mas a Radio Marti, em particular, alcança ouvintes na ilha com seu noticiário 24 horas.

Os EUA argumentam que as emissoras oferecem aos cubanos acesso a notícias e informações das quais eles são privados devido aos rígidos controles das autoridades cubanas sobre a mídia.

## **Relações internacionais**

Cuba também criticou a oposição de Washington ao governo da Venezuela, descrevendo a atitude americana como interferências em assuntos domésticos de um de seus maiores aliados. E os EUA também veem os vínculos de Cuba com outros governos esquerdistas da América Latina, como o da Bolívia, como um problema.

Adaptado de: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160321\\_pontos\\_cuba\\_eua\\_lab](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160321_pontos_cuba_eua_lab). Acesso em 25.04.16.

### **Relatório do UNICEF apresenta avanços e desafios relacionados à infância e à adolescência nos 25 anos do ECA**

Análise aponta avanços em áreas de educação, saúde e proteção

Para o UNICEF, é necessário agora alcançar os mais excluídos e pôr um fim aos assassinatos sistemáticos de adolescentes.

Brasília, 13 de julho de 2015 – No dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos, o UNICEF lançou, em Brasília, o relatório #ECA25anos – Avanços e Desafios para a Infância e a Adolescência. A publicação apresenta uma análise de indicadores relacionados à infância e à adolescência desde a aprovação do ECA, em 1990.

De acordo com o UNICEF, o ECA criou bases sólidas que asseguraram o progresso nos indicadores da infância e adolescência. Nesses 25 anos, o País implementou políticas e programas que garantiram a sobrevivência e o desenvolvimento de milhões de meninos e meninas brasileiros.

Entre os avanços, estão a queda da mortalidade infantil e na infância e o progresso em todos os indicadores na área de educação, a redução do trabalho infantil e a redução do sub-registro de nascimento.

Na área de educação, por exemplo, o Brasil conseguiu garantir o acesso a 93% de suas crianças e adolescentes no ensino fundamental. De 1990 a 2013, o percentual de crianças e adolescentes em idade obrigatória fora da escola caiu 64%, passando de 19,6% para 7% (Pnad).

Outro indicador positivo na área da educação é a queda na taxa média de analfabetismo entre brasileiros de 10 a 18 anos de idade. Essa taxa caiu 88,8%, passando de 12,5%, em 1990, para 1,4%, em 2013. A queda foi ainda mais significativa entre os adolescentes negros, de aproximadamente 91% (Pnad).

No entanto, o UNICEF alerta que esses resultados não estão alcançando determinados grupos. Muitas crianças e adolescentes estão sendo deixados para trás em razão de sua raça ou etnia, condição física, social, gênero ou local de moradia.

Crianças indígenas, por exemplo, estão entre as mais vulneráveis. Elas têm duas vezes mais risco de morrer antes de completar 1 ano do que as outras crianças brasileiras e estão entre os grupos mais vulneráveis em áreas como educação.

Outro desafio apresentado pelo UNICEF é o da exclusão escolar. Mais de 3 milhões de crianças e adolescentes ainda estão fora da escola (Pnad, 2013). Os excluídos da educação representam exatamente as populações marginalizadas no País: são pobres, negros, indígenas e quilombolas. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar. Uma parcela tem algum tipo de deficiência. E grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no Semiárido, na Amazônia e na zona rural.

A publicação também aponta como desafio a redução da mortalidade materna. O País ainda está longe de alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 5, que estabeleceu o número de mortes diretamente ligadas à gravidez para 35 por 100 mil nascidos vivos. No Brasil, esse indicador é de 61,5 por 100 mil nascidos vivos, segundo estimativas de 2012 (Sistema de Informações sobre Mortalidade, 2011).

Para o UNICEF, a mais trágica das violações de direitos que afetam meninos e meninas brasileiros são os homicídios de adolescentes. De 1990 a 2013, passou de 5 mil para 10,5 mil casos ao ano (Datusus, 2013), um aumento de 110%. Isso significa que, em 2013, a cada dia, 28 crianças e adolescentes eram assassinados.

Dos adolescentes que morrem no País, 36,5% são assassinados. Na população total, esse percentual é de 4,8%. (Homicídios na Adolescência no Brasil, 2015). Esse cenário perturbador coloca o Brasil em segundo lugar no ranking dos países com maior número de assassinatos de meninos e meninas de até 19 anos, atrás apenas da Nigéria (Hidden in Plain Sight, UNICEF, 2014).

“Analisando a trajetória desses 25 anos, podemos afirmar que o Brasil tomou a decisão certa em adotar o Estatuto” disse Gary Stahl, Representante do UNICEF no Brasil. “O Brasil precisa agora se focar nos mais excluídos. Para isso, são necessárias ações específicas, capazes de alcançar as crianças e os adolescentes que foram deixados para trás”.

O novo relatório do UNICEF também analisou o atual modelo de responsabilidade penal de adolescentes entre 12 e 18 anos. De acordo com a análise, a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi um avanço nesses 25 anos. No entanto, o modelo de responsabilização de adolescentes não está sendo implementado de forma efetiva. Para o UNICEF, o País vive hoje a ameaça de retroceder o caminho que trilhou nos últimos 25 anos caso seja aprovada a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

“Aperfeiçoar o sistema socioeducativo, garantindo que ele ajude a interromper a trajetória do adolescente na prática do delito, é uma das tarefas mais importantes que o País tem diante de si”, diz o relatório.

O relatório #ECA25anos foi realizado com o apoio da ANDI – Comunicação e Direitos, uma organização da sociedade civil que atua há mais de 20 anos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes por meio de ações na área de mídia e desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma das primeiras leis no mundo a traduzir os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada um ano antes, e se tornou uma referência para outros países.

Sobre o UNICEF – O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) promove os direitos e o bem-estar de cada criança em tudo o que faz. Com seus parceiros, trabalha em 190 países e territórios para transformar esse compromisso em ações concretas que beneficiem todas as crianças, em qualquer parte do mundo, concentrando especialmente os nossos esforços para chegar às crianças mais vulneráveis e excluídas.

## Entenda a crise econômica

15/05/2016 11h58 Londres

Giselle Garcia – Correspondente da Agência Brasil

Do fim dos anos 90 até o início de 2012 houve um aumento significativo no preço das commodities no mercado internacional, impulsionado pela crescente demanda chinesa. Foi um momento muito positivo para a economia brasileira, historicamente dependente da exportação de matérias-primas e produtos agrícolas.

Em 2011, as exportações brasileiras alcançaram o recorde de US\$ 256 bilhões, 14% do Produto Interno Bruto (PIB). A China já era o maior parceiro comercial do Brasil. As exportações para o país asiático cresceram quatro vezes mais que as exportações totais entre 2000 e 2010, com destaque para soja, café, minério de ferro e petróleo.

O Brasil surfava na onda dos altos preços das commodities e o consequente crescimento gerou euforia. “A popularidade do governo Lula estava associada a esse momento de sorte”, afirma Carlos Primo Braga, ex-diretor do Banco Mundial e professor adjunto da Fundação Dom Cabral.

Ajudado pelo boom das commodities, Lula encorajou as exportações e estimulou a liberação de crédito pelos bancos públicos para financiar o desenvolvimento, criando milhões de empregos. As relações diplomáticas com outros países em desenvolvimento foram reforçadas e o Brasil ganhou relevância no cenário internacional.

40

O modelo econômico adotado na época favoreceu a distribuição de renda e a expansão do consumo. Programas sociais foram expandidos e o salário mínimo aumentou 72,31%, de 2003 a 2014.

Mais de 40 milhões de brasileiros deixaram a pobreza e se tornaram a “nova classe média”. Eles passaram a ter condições de comprar produtos antes considerados “coisa de rico”, como carros, televisores de tela plana e refrigeradores.

“Quando a crise atingiu os Estados Unidos, em 2008, os mercados emergentes, em especial o Brasil, estavam rindo da nossa cara”, diz o consultor norte-americano, Robert Abad. O país foi um dos últimos a sentir os efeitos da crise. Mas a fraca demanda internacional no pós-crise levou à desaceleração do crescimento brasileiro.

Para manter a economia aquecida, o governo decidiu apostar em medidas anticíclicas e estimular o consumo. A taxa básica de juros foi reduzida em 2009 e 2010, impostos foram cortados e o gasto público expandido por meio de ambiciosos programas de investimento em infraestrutura.

Quando Lula deixou a Presidência, em 2010, o país registrou uma taxa de crescimento do PIB de 7,5%, a maior expansão desde 1986. Mas o estímulo ao consumo e a forte demanda por produtos não foram acompanhados pelo crescimento na produtividade. A indústria brasileira foi a primeira a dar sinais de que a coisa não ia bem.

A forte entrada de dólares durante o superciclo das commodities fez com que o real se valorizasse de forma artificial, minando a competitividade da indústria manufatureira. Em julho de 2011, a moeda brasileira atingiu o maior valor em relação ao dólar desde 1999, o equivalente a cerca de US\$ 0,65.

“Houve uma invasão de produtos importados da China e a indústria nacional não acompanhou, não conseguiu competir. Em 2006 a balança comercial de produtos manufaturados no Brasil teve superávit de US\$ 5 bilhões. Apenas cinco anos depois, em 2011, nós passamos a um déficit de mais de US\$ 92 bilhões”, diz José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os preços subiram e para manter a inflação sob controle o novo governo, sob o comando da sucessora de Lula, Dilma Rousseff, lançou uma política fiscal mais austera, elevando a taxa de juros para mais de 12% em 2011. Mas com a piora do contexto internacional devido à desaceleração da economia chinesa, no fim do mesmo ano, a equipe do governo voltou atrás e decidiu retomar as políticas anticíclicas, reduzindo novamente a taxa básica de juros, cortando impostos e ampliando o gasto público.

“Houve um exagero nos gastos e subsídios, gerando um aumento da dívida pública e o endividamento das famílias”, afirma Luiz Fernando Furlan, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio no governo Lula.

41

No fim do primeiro governo de Dilma, em 2014, a dívida tinha crescido de 51,3% para 57,2% do PIB. Em 2015, saltou para 66,2%. O percentual é bem menor do que o do Japão (229%) ou o da Grécia (179%), por exemplo. A diferença é que, enquanto em vários países desenvolvidos as taxas de juros são nulas ou negativas, no Brasil a taxa de juros está acima de 14%, o que encarece muito o pagamento da dívida e amplia o risco de calote.

A situação das contas públicas se deteriorava e o cenário externo também piorou. A desaceleração da economia chinesa levou a uma queda brusca no preço das commodities. O minério de ferro despencou de US\$ 187,18 a tonelada, em fevereiro de 2011 para US\$ 37 em dezembro de 2015. O petróleo perdeu mais de 60% de seu valor e encerrou 2015 abaixo de US\$ 40 o barril, o menor nível desde 2003, refletindo também o excesso na oferta do produto.

“Produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo”, diz Braga.

Para ele, o grande erro cometido pelos líderes políticos brasileiros, na última década, foi focar demais no consumo e se esquecer da produtividade. “No Brasil, nos primeiros dez anos deste século, o salário real aumentou mais que a produtividade. Isso pode ser bom do ponto de vista da distribuição de renda, mas não é sustentável no longo prazo. Vários problemas foram se acumulando e resultaram na crise que estamos vivendo”, afirma.

## A luta contra a corrupção

Pouco depois da reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, foram revelados os primeiros resultados da Operação Lava Jato, realizada pela Polícia Federal, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro já realizada no Brasil. A operação expôs uma rede criminosa formada por políticos, servidores públicos, empresários e doleiros que desviou bilhões de reais dos cofres da Petrobras.

Nesse esquema, que funcionou por mais de 15 anos, grandes empreiteiras pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos em troca de contratos bilionários superfaturados.

“Ninguém podia prever que esse escândalo acabaria se tornando um fator de risco político que contribuiu de forma significativa para a paralisação da economia”, observa o consultor de mercados emergentes, Robert Abad.

Embora as investigações contribuam para ampliar o cenário de incerteza política no país, a maioria dos analistas concorda que a Operação Lava Jato pode ser o princípio de uma mudança profunda na sociedade brasileira. “As pessoas não acreditam que isso está acontecendo, que os poderosos estão indo para a prisão. Se o Poder Judiciário e a Polícia Federal conseguirem manter a credibilidade ao longo desse processo sairão dessa investigação ainda mais fortes e a democracia será fortalecida”, afirma Abad.

Geert Aalbers, diretor sênior da consultoria global de riscos Control Risks, diz que com as investigações as pessoas estão mais conscientes do problema da corrupção no país. “Ainda é cedo para prever o que vai acontecer no setor público, mas certamente a Operação Lava Jato vai promover um grau maior de transparência no setor privado, promovendo uma melhoria no ambiente de negócios”, diz.

42